

RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.328 - DF (2018/0293581-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : ILKA SA PACHECO DE OLIVEIRA
ADVOGADA : NATHALIA WALDOW DE SOUZA BAYLÃO - DF027375
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : ALYSSON SOUSA MOURÃO E OUTRO(S) - DF018977

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ILKA SÁ PACHECO DE OLIVEIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA. PROTESTO JUDICIAL. VALIDADE DA CITAÇÃO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. ART. 9º DO DECRETO Nº 20.910/1932.

Não há que se cogitar a prescrição da pretensão deduzida em juízo pela Fazenda Pública, visto que o cumprimento de sentença deflagrado a pedido do ente fazendário teve seu prazo prescricional interrompido em face de protesto judicial oportunamente requestado, consoante o disposto no artigo 202, inciso II, do Código Civil.

Correto asseverar que somente após a preclusão da decisão prolatada no feito pertinente ao protesto judicial foi reiniciada a contagem do prazo de prescrição, restituindo-se a metade do prazo para Fazenda Pública, conforme o artigo 9º do Decreto nº 20.910/1932" (fl. 186e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 525, § 1º, III, §§ 12 e 14, e VII, e 319, § 2º, do CPC/73, sustentando o seguinte:

"a) Da existência de controle de constitucionalidade difuso no *Habeas Corpus* 69.912-8. Violação ao artigo 525, §1º, III, §12º, §14º do CPC. A celeuma gira em torno da ilegalidade do acórdão que deu origem ao título executivo judicial executado nos presentes autos.

Em 1998, o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal julgou inconstitucional, por meio de órgão fracionário, o ato da Câmara dos Deputados que concedeu o aumento aos seus servidores, ocasião em que determinou a devolução dos valores por eles recebidos. O

decisum transitou em julgado em 31/03/1998.

Ocorre que, já naquela época, o e. STF possuía entendimento consolidado de que a inconstitucionalidade da lei somente poderia ser reconhecida pela maioria do Tribunal, sob pena de violação ao artigo 97 da CF caso o reconhecimento se desse por órgão fracionário.

Desta forma, em Impugnação ao Cumprimento de Sentença, a Recorrente alegou que o acórdão que originou o crédito ora cobrado pelo Distrito Federal era inexigível, diante do disposto no artigo 525, § 12º do CPC. A fim de comprovar que o e. TJDF não observou a jurisprudência da e. Suprema Corte, acostou-se a ementa do HC 69.912-8 3 .

An passant, o juízo *a quo* entendeu que o HC 69.912-8 não foi produzido no contexto de controle difuso ou concentrado, não havendo, conseqüentemente, que se falar em inexigibilidade do título executivo judicial.

Ocorre, todavia que, que tal entendimento não merece prosperar.

O *Habeas Corpus* 69.912-8 foi impetrado visando questionar a constitucionalidade da decisão da Seção Criminal do TJMS que reconheceu ser inconstitucional o art. 5º, §5º da Lei 1060/50, por órgão fracionário, havendo, assim, ofensa ao disposto no artigo 97 da CF.

Ao analisar o caso, citando outros precedentes da casa, o e. STF considerou inconstitucional o ato judicial vez que não fora proferido por órgão majoritário do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Assim, frisou o e. STF, que órgão fracionário não possuía competência para declarar a inconstitucionalidade de lei.

Ora, é nítido que houve controle difuso de constitucionalidade do ato do v. TJMS que, por órgão fracionário, julgou inconstitucional o artigo 5º, §5º da Lei 1.060/50.

Uma das características da via difusa 'não é a declaração de inconstitucionalidade de lei em tese, mas de exigência imposta para a solução do caso concreto'. E evidente que o *Habeas Corpus* é medida cabível para tal controle.

Neste sentido, temos os ensinamentos do jurista Clèmerson Clève, no sentido de que:

(...)

Portanto, diante do evidente o controle de constitucionalidade difuso ocorrido nos autos do HC 69.912-8, não há como prevalecer o acórdão guerreado.

b) Precedentes existentes antes da prolação do acórdão que originou o título executivo. Violação ao art. 525, §1º, III, §12º, §14º do CPC. Inexigibilidade do título executivo.

Em atenção ao princípio da eventualidade, caso se entenda pela improvável hipótese de manutenção do entendimento de que não houve controle de constitucionalidade no HC 69.912-8, pede-se vênia para trazer outros precedentes da Corte Suprema que dão conta de que o artigo 97 da Constituição Federal sempre foi observado por aquela e. Corte, no sentido de considerar inconstitucional toda decisão judicial, proferida por órgão fracionário, que reconhece a inconstitucionalidade de algum dispositivo de lei.

Excelências, o acórdão guerreado, a despeito das razões do Agravo de Instrumento interposto, se sustentou no fundamento de que como a jurisprudência apresentada pela Recorrente, do ano de 1992, não resguardava o entendimento nele defendido uma vez que não foi proferida no contexto de controle difuso ou concentrado de constitucionalidade, desrespeito o art. 525, §12º e §14º do CPC/2015. Assim restou redigido o acórdão combatido:

(...)

Ocorre, todavia, que a observância da regra de reserva de plenário, imposta pelo art. 97 da Constituição Federal, ocorre desde a promulgação da Constituição. Tal entendimento é encontrado, inclusive, em inúmeros precedentes anteriores a 1998 – e atualmente consolidado por meio de Súmula Vinculante.

Nesse sentido, ainda que o e. TJDFt alegue que a jurisprudência trazida pela Recorrente não foi produzida no contexto de controle de constitucionalidade, pede-se vênia para trazer ao conhecimento de todos que há outros precedentes – produzidos no contexto previsto pelo artigo 525, §12º do CPC, datados de 1993.

E que não se diga que o Recurso Extraordinário não realiza controle de constitucionalidade difuso, pois, conforme nos ensina Alexandre Franco Barreto:

(...)

No caso acima, se questionava a constitucionalidade do ato do e. TJMG que reconheceu a constitucionalidade, por meio de órgão fracionário, da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, instituída pela Lei nº 7.689/88 para o financiamento da seguridade social.

Assim, naquele julgado, a Corte Superior decidiu que o órgão fracionário pode reconhecer a constitucionalidade da lei, todavia, a inconstitucionalidade deve ser feita por órgão majoritário, em atenção ao artigo 97 da CF.

Nesse sentido, cabe mencionar também o voto do Ilustre Ministro Sepúlveda Pertence, relator do Recurso Extraordinário n.º 143619/PE,

reconhecendo que, suscitada a arguição de inconstitucionalidade, a questão deve ser submetida ao Plenário, em atenção ao artigo 97 da Constituição Federal. *In verbis*:

(...)

E continuou o seu voto no RE n.º 143619-1/PE, tecendo os seguintes esclarecimentos:

(...)

Naqueles autos, o e. TJPE tinha reconhecido a constitucionalidade, por meio de órgão fracionário, da contribuição social instituída pela Lei 7.689/88. Assim, nos termos do relatório do RE 143619/PE, sustentou a recorrente que se tinha 'no caso presente, uma decisão de Turma declarando constitucionalidade de lei em flagrante contrariedade ao artigo 97, CF, pelo que manifestamente nula'.

Desta forma, no mencionado caso, foi reconhecido que a inconstitucionalidade de lei só poderia ser reconhecida pelo Plenário do Tribunal e nunca pelo seu órgão fracionário.

Não fosse suficiente, tem-se o RE 156.287/SP 8 que, em controle de constitucionalidade difuso, ao analisar a constitucionalidade de acórdão que, monocraticamente, julgou constitucional a lei paulista 6.374/89, consignou:

(...)

Assim, concluiu o e. STF pela constitucionalidade da 'incidência do ICMS sobre as operações em causa'.

Veja, portanto, que são inúmeros os precedentes do c. STF que, já em 1992/1993, davam vigência ao disposto no artigo 97 da Constituição Federal, reconhecendo a inconstitucionalidade da decisão judicial proferida por órgão fracionário, quando da declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

No sentido dos precedentes expostos, percebe-se, portanto que no presente caso, o acórdão que originou o título executivo judicial, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução da Câmara Legislativa n.º 32/91, por meio da Segunda Turma, não observou a jurisprudência da Corte Suprema já adotada à época.

Além do mais, cabe mencionar que a súmula vinculante n.º 10 do STF, ainda que tenha sido instituída no ano de 2008, não pode ser observada como um marco da observância à cláusula de reserva de plenário, muito pelo contrário, a súmula é reflexo das inúmeras decisões já proferidas pela Corte Suprema, uma vez que já havia um entendimento consolidado desde 1988.

Portanto, diante da violação constitucional e do entendimento pacífico à época (1998) da Suprema Corte, tem-se por

inexigível o título judicial executado, nos termos do artigo 525, §12º do CPC.

Frisamos: o título judicial em questão está embasado em interpretação contrária à Constituição, mormente porque proferida por órgão fracionário.

E sobre o tema, este e. Tribunal já se pronunciou:

(...)

No caso acima, temos que o e. STJ reconheceu que o fato do e. STF ter declarado a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, tornaria o título executivo (que se fundamentava na constitucionalidade da lei) inexigível.

No presente caso, temos que este c. STJ deve reconhecer a inexigibilidade do título executivo que embasa o cumprimento de sentença uma vez que o próprio e. STF já reconheceu que nenhuma lei pode ser declarada inconstitucional por acórdão prolatado por órgão fracionário do Tribunal de Justiça.

Dessa forma, o acórdão proferido em sede de Agravo de Instrumento viola de morte o art. 525, §1º, III, §12, §14 do Código de Processo Civil, tendo em vista que ficou comprovado que o e. STF possui entendimento anterior a 1998 sobre a incompetência do órgão fracionário para reconhecer a inconstitucionalidade de lei.

Diante do exposto, o acórdão recorrido deve ser reformado para que seja reconhecida a inexigibilidade do título executivo judicial que embasa o cumprimento de sentença.

c) Nulidade de Citação do Protesto Interruptivo de Prescrição. Violação aos arts. 319, inciso II e 525, §1º, VII do CPC/2015. Prescrição.

Em sede de Agravo de Instrumento a Recorrente aduziu a nulidade de sua citação no Protesto Interruptivo de Prescrição, sob os seguintes argumentos:

a) Ausência de sua citação, uma vez que na Ação de Protesto não havia seu nome, apenas 'Servidores da Câmara Legislativa do DF', não havendo identificação das partes que compunham o polo passivo da demanda;

b) A citação foi realizada por Edital, sem qualquer tentativa de sua citação pessoal, mesmo todas suas informações constando nos autos da Ação Popular que originou o Protesto Interruptivo de Prescrição.

Além do mais, argumentou que a citação dos deputados de renome, tais como Tadeu Roriz, Agnelo Queiroz e Maria de Lurdes Abadia foi pessoal, o que demonstra a nítida disparidade de tratamento entre as

partes supostamente devedoras, dando somente aos deputados o direito a ampla defesa e ao contraditório.

Todavia, os argumentos trazidos pela Recorrente não foram aceitos, tendo sido proferido acórdão nos seguintes termos:

(...)

Código de Processo Civil, pois a Requerente não foi qualificada naqueles autos.

Em análise a este ponto, os i. Desembargadores entenderam não haver violação à norma legal 'visto que incerto quais servidores teriam se beneficiaram (sic) do Ato da Mesa Diretora nº 32, de 1991', entendendo-se, assim, pela aplicação da exceção prevista no artigo 319, § 3º 10 do CPC.

Desta forma, sedimentou o e. TJDF que, tendo em vista a existência de centenas de servidores da Câmara Legislativa do DF, seria absolutamente legal a citação – GENÉRICA – dos servidores na Ação Interruptiva de Prescrição.

Todavia, data máxima venia tal entendimento não merece prosperar. Isso porque, o próprio TJDF reconheceu que na ação principal – Ação Popular – a Recorrente havia sido identificada e constituído advogado, senão vejamos:

(...)

Ou seja, não havia qualquer fundamentação para a não identificação da Recorrente nos autos do Protesto Interruptivo de Prescrição. Por este motivo, Excelência, tem-se que a Recorrente não foi parte do Protesto Interruptivo de Prescrição, já que nunca foi identificada pessoalmente e devidamente citada.

Por este motivo, não deve prosperar a aplicação do artigo 319, §3º do CPC, mas, sim, o artigo 319, *caput*, o qual impõe a obrigatoriedade de identificação das partes na petição inicial.

Por outro lado, pontuou o acórdão que:

(...)

Excelência, por mais um motivo o acórdão não merece prosperar.

Tem-se que a citação da Recorrente NUNCA ocorreu no Protesto Interruptivo de Prescrição, mormente porque nunca foi parte daquele processo.

Assim, ao citar de forma genérica todos os servidores da Câmara Legislativa do DF por Edital, tem-se que sequer foi realizada a triangulação processual.

Dessa forma, como não houve citação válida, não se verifica o pressuposto processual de existência necessário ao reconhecimento da coisa julgada. Nesse sentido:

(...)

Do exposto, não há que se falar em impossibilidade de se analisar a validade da citação, pois abarcada pelo manto da coisa julgada, mormente porque a Recorrente nunca fez parte do Protesto Interruptivo de Prescrição, uma vez que o polo passivo foi composto de forma genérica por 'Servidores da Câmara Legislativa'.

Ora, como a Recorrente teria ciência de uma Ação se sequer constava seu nome e CPF na autuação? A situação é teratológica, para dizer o mínimo" (fls. 212/225e).

Por fim, requer o provimento do recurso, "a fim de que seja reformado o Acórdão recorrido para que seja acolhida a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada no sentido de se reconhecer a inexigibilidade do título ou a sua prescrição" (fl. 226e).

Contrarrazões a fls. 236/244e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 245/246e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento pela parte ora recorrente, "ante a decisão interlocutória proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível de Sobradinho nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 0711042-86.2017.8.07.0018" (fl. 168e), que foi improvido pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, confira-se o teor do acórdão vergastado:

"Conforme relatado anteriormente, trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Ilka Sa Pacheco de Oliveira objetivando a concessão de efeito suspensivo à r. decisão proferida pelo d. Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal que, nos autos do cumprimento de sentença nº 0708940-91.2017.8.07.0018, rejeitou a impugnação apresentada pela ora agravante, afastando a incidência da prescrição ao caso dos autos.

Em suas razões, a recorrente alegou a inexigibilidade do título executivo, em virtude de ter sido declarada a inconstitucionalidade da Resolução nº 32/1991 por órgão fracionário, em desrespeito à jurisprudência do STF, que, segundo afirma, já em 1992, apresentava o entendimento de que a declaração de inconstitucionalidade de lei deve observar a cláusula de reserva de plenário estabelecida no art. 97 da Constituição Federal.

Defende, também, a nulidade da citação por edital deferida na Ação

de Protesto nº 2003.01.1.021069-3, razão pela qual considera que não se verificou a interrupção do prazo prescricional em seu desfavor, apontando, ainda, o cerceamento de defesa.

Delimitado o objeto da controvérsia, entendo que a irresignação da agravante não comporta acolhimento porquanto tenho por coerentes os fundamentos apresentados na decisão vergastada, contida no ID nº 4741450, notadamente em face da inexistência de quaisquer elementos aptos a desconstituí-la.

No vergastado, o ilustre magistrado de origem rejeitou a impugnação ao cumprimento de *decisum* sentença apresentado pela ora recorrente, com supedâneo nos seguintes fundamentos:

'Verifico, inicialmente, que na ação popular (Lei n. 4.717/1965) a citação dos beneficiários do ato ilegal por edital conta com expressa previsão legal.

Confira-se:

Art. 7º A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil, observadas as seguintes normas modificativas:

(...) II - Quando o autor o preferir, a citação dos beneficiários far-se-á por edital com o prazo de 30 (trinta) dias, afixado na sede do juízo e publicado três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou da Capital do Estado ou Território em que seja ajuizada a ação. A publicação será gratuita e deverá iniciar-se no máximo 3 (três) dias após a entrega, na repartição competente, sob protocolo, de uma via autenticada do mandado. Como se vê, ao teor da norma legal basta o requerimento do autor para que seja promovida citação por Edital de beneficiários.

É bem verdade que a citação por edital não pode significar mera opção aleatória do autor da ação, devendo ser manejada quando efetivamente necessária, sob pena de incompatibilidade com os princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos na Carta Magna (art. 5º, LV).

No caso, tenho como plenamente regular a citação por edital, pois, dado o número significativo de servidores beneficiários, era alternativa plenamente razoável para perfectibilização da relação processual em tempo adequado.

(...)

Como ponto de partida, cabe destacar o teor da Súmula 150 do STF, que diz: 'Prescreve a execução no mesmo prazo de

prescrição da ação.’ Por força do princípio da isonomia, também a Fazenda Pública deve observar, na cobrança de seus créditos, o prazo de 5 (cinco) anos previsto no artigo 1º do Decreto nº 20.910, de 06.01.1932, que dispõe:

‘As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do que se originarem’.

O provimento judicial condenatório transitou em julgado em 31/03/1998 (Id 9049898).

Por sua vez, o Distrito Federal peticionou nos próprios autos pelo início do cumprimento do julgado em relação aos servidores da Câmara Legislativa em 19/04/2002, conforme documento de Id 9049933, solicitando medidas de satisfação do crédito e informações dos beneficiários.

Com a demora da Câmara Legislativa em fornecer a integralidade das informações, o Distrito Federal promoveu protesto judicial (processo n. 2003.01.1.021069-3) em 24/3/2003 com a finalidade de interrupção da prescrição.

Segundo o art. 202, II, do Código Civil, o protesto tem como efeito a interrupção da prescrição.

Pois bem. Os servidores beneficiários foram então intimados por Edital (fl. 61 do processo n. 2003.01.1.021069-3), sendo que, após longa tramitação do feito para notificação de demais interessados, em 21 de março de 2016 foi proferida decisão dando por encerrada ação de protesto (fls. 537/538 do processo n. 2003.01.1.021069-3).

A decisão mencionada foi objeto de preclusão em 20/9/2016 (fl. 568 do processo n. 2003.01.1.021069-3).

Ora, somente com a preclusão da decisão prolatada no feito pertinente ao protesto judicial foi reiniciada a contagem do prazo de prescrição, restituindo-se a metade do prazo para Fazenda, conforme art. 9º do Decreto n. 20.910/1932.

Por fim, cumpre informar que o presente feito, relativo ao cumprimento de sentença, foi proposto em 21/8/2017 e tramita em processo autônomo dos autos originais da condenação em virtude da autorização para desmembramento da execução, conforme cópia da decisão de Id 9049918.

Logo, conforme sumariado acima, não há prescrição da pretensão executória, uma vez que não transcorrido dois anos e

meio entre o encerramento do protesto judicial e a presente execução.

(...).

Extrai-se do artigo 525, § 12 do CPC que na impugnação o executado pode alegar a inexigibilidade da obrigação sempre que a decisão executada estiver fundada "em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal", ou em "em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso".

Portanto, se o órgão jurisdicional decide contrariamente a entendimento já firmado pelo STF, será possível ao executado, no posterior cumprimento de sentença, apresentar impugnação para invocar a inexigibilidade do título (art. 525, §12º, e art. 535, §5º, CPC). Nesse caso, a alegação tem por finalidade obstar o cumprimento da sentença, encobrando a pretensão executiva.

Vale ressaltar, entretanto, que a impugnação não visa desfazer ou rescindir a decisão sob cumprimento, destinando-se apenas a reconhecer sua ineficácia, sua inexigibilidade, impedindo que se prossiga com o cumprimento da sentença.

Com efeito, segundo o previsto no artigo 525, §§ 14 e 15, do CPC, a decisão-paradigma do STF, prevista no artigo 525, § 12, do CPC, deve ter sido proferida antes do trânsito em julgado da decisão exequenda, pois, caso tenha sido proferida posteriormente ao trânsito em julgado da decisão exequenda, o caso é de ação rescisória.

A respeito da questão, ensina Fredie Didier Jr. que:

‘(...) se a desarmonia entre a decisão executada e a decisão do STF é congênita - a decisão rescindenda transitou em julgado já em dissonância com a orientação do Supremo Tribunal Federal -, o caso é mais simples e dispensa ação rescisória: a obrigação reconhecida na sentença é considerada inexigível, de modo que possível alegar, em impugnação ao cumprimento de sentença, essa inexigibilidade (art. 525, §§ 12 e 14, e art. 535, §§ 5º e 7º)’ (Curso de direito processual civil: execução. 7. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2017pg. 545 e 546).’

A propósito, verifica-se que a Súmula Vinculante nº 10 do STF foi aprovada apenas no ano de 2008, ou seja, muito após o trânsito em julgado do acórdão exequendo, que ocorreu no ano de 1993.'

Com efeito, a ação de Protesto (processo nº 2003.01.1.021069-3) foi proposta pelo Distrito Federal em desfavor dos Servidores da Câmara Legislativa do DF que foram beneficiários de adicional criado pela Resolução nº 32/91, tendo por objeto a interrupção da prescrição d o prazo de execução dos autos da Ação Popular 330730/91, visando resguardar o direito de reparação ao erário.

Tendo em vista as dificuldades manifestadas pela Câmara Legislativa em fornecer dados imprescindíveis para que o Distrito Federal pudesse promover a execução, deu-se a intimação dos servidores da Câmara Legislativa do DF por edital, publicado no Diário de Justiça do dia 19/05/2003, visto que incerto quais servidores teriam se beneficiaram do Ato da Mesa Diretora nº 32, de 1991.

Ademais, consta dos autos que a executada nomeou procurador para apresentar sua defesa no processo de conhecimento, conforme ID nº 9938123 do processo originário, o que revela a impropriedade de seu argumento.

Assim, a ação de protesto foi exitosa em dar aos requeridos ciência do débito e interromper a prescrição da execução, sendo correto asseverar que somente após a preclusão da decisão prolatada no feito pertinente ao protesto judicial foi reiniciada a contagem do prazo de prescrição, restituindo-se a metade do prazo para Fazenda Pública, conforme o artigo 9º do Decreto nº 20.910/1932.

Outrossim, naquele feito, decidiu-se não ter ocorrido a prescrição da pretensão executiva, nos seguintes termos, *in verbis*:

'É certo que o tema dos autos está sob o enfoque do artigo 1º, do Decreto nº 20.910, de 06.01.1932, in verbis: "As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do que se originarem'.

Referido dispositivo legal cuida da prescrição para as dívidas passivas da Fazenda Pública, fixando em 05 (cinco) anos o prazo para que os administrados exerçam o direito de ação em desfavor da Fazenda Pública.

O Distrito Federal, como dito na inicial, ajuizou ação de protesto judicial no dia 24/03/2003, tendo em vista a aproximação o trânsito e julgado da ação popular 'deu-se em 26-3-1998 e o prazo para a propositura da execução findar-se-á no próximo dia 26-3-2003' (fl. 04).

Da folha 257, extrai-se que o Requerido fora devidamente notificado em 03/06/2003. Ou seja, dentro do lapso temporal, visto que 'a interrupção da prescrição retroagirá à data de propositura da ação' (art. 802, parágrafo único do CPC) e à época vigia o art. 219 da Lei nº 5.869/1973.

Assim, exauriu-se o provimento judicial quanto a estes autos. Cumpre ressaltar que tal fato não se aplica tão somente ao Requerido GILSON, mas sim, a todos aqueles que foram notificados pelo edital de fl. 61, bem como os demais indicados na certidão de fl. 257'.

Além do mais, as matérias referentes à nulidade da citação por edital e à prescrição da pretensão executória do acórdão condenatório prolatado na ação popular estão acobertadas pelo manto da coisa julgada, não podendo ser objeto de alegação em impugnação à execução, nos termos do art. 525, § 1º, VII. Esse foi o entendimento adotado pelo d. Juízo *a quo*, ao analisar os Embargos de Declaração opostos pela executada ora agravante, razão pela qual peço vênica para transcrever parte de sua fundamentação, *in verbis*:

'A citação dos requeridos ora Executados foi válida na ação popular, sob o nº 330730/91, e, sendo este o processo que estabeleceu o título executivo judicial, a eventual nulidade de citação da ação de protesto judicial (processo n. 2003.01.1.021069-3) não tem o condão de desconstituir o título, porquanto não influi na validade da decisão de mérito que o estabeleceu e, por conseguinte, não afasta a coisa julgada, tornando-a indiscutível, nos termos do art. 502 do CPC.

No que se refere ao argumento de que o ato citatório no Processo nº 2003.01.1.021069-3 teria sido nulo e, por isso, a execução estaria abarcada pela prescrição, verifica-se que,

pelos mesmos motivos acima explanados, a questão não se insere no rol de matérias que podem ser arguíveis na impugnação ao cumprimento da sentença, porquanto o título judicial não foi estabelecido no referido feito.'

Por fim, defende a agravante a inexigibilidade do título executivo, pois afirma que a ação popular que o constituiu não observou precedente anterior do Supremo Tribunal Federal (datado de 1992), segundo o qual a declaração de inconstitucionalidade de lei está sujeita à cláusula de reserva de plenário, estabelecida no art. 97 da CF.

Sem razão.

O digesto processual, no seu art. 525, §§ 12 e 14, traz a seguinte previsão, *in verbis*:

(...)

***In casu*, é certo que o precedente do STF apontado nas razões do recurso (Habeas Corpus nº 69.913) não foi produzido no contexto de controle de constitucionalidade difuso e tampouco de controle concentrado, portanto, mesmo que tenha sido prolatado anteriormente ao julgamento da Ação Popular, não enseja a inexigibilidade da obrigação, conforme a previsão legal acima mencionada.**

Sobre o tema, cabe apontar os ensinamentos de Marinoni, *in verbis*:

(...)

Dessarte, tenho que o título executivo judicial no qual se funda a obrigação, constituído na Ação Popular, é plenamente válido, não cabendo se falar em inexigibilidade.

Tendo isso em conta, entendo como irrepreensíveis os fundamentos lançados no *decisum* objurgado, razão pela qual a irresignação da parte recorrente não merece prosperar.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.

É como voto" (fls. 187/193e).

Nesse contexto, tanto no tocante à prescrição, como à exigibilidade do título judicial, verifica-se que o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia com base no exame dos elementos fáticos dos autos.

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ademais, a Corte de origem asseverou que "as matérias referentes à nulidade da citação por edital e à prescrição da pretensão executória do acórdão condenatório prolatado na ação popular estão acobertadas pelo manto da coisa julgada, **não podendo ser objeto de alegação em impugnação à execução, nos termos do art. 525, § 1º, VII**" (fl. 191e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de

18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora